

Processo no.: 10680.002397/95-32

Recurso nº.: 14.129

: IRPF - EX.: 1994 Matéria

Recorrente : LEANDRO CAETANO DE OLIVEIRA Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG

Sessão de : 13 DE NOVEMBRO DE 1998

Acórdão nº. : 102-43.482

IRPF - FÉRIAS INDENIZADAS MONETARIAMENTE - As férias e licenças-prêmio não gozadas pelo contribuinte, qualquer que seja a motivação e recebidas em pecúnia, são tributáveis pelo Imposto de Renda, uma vez que as isenções e não incidências requerem, pelo princípio da estrita legalidade em matéria tributária, disposição legal federal específica.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LEANDRO CAETANO DE OLIVEIRA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA

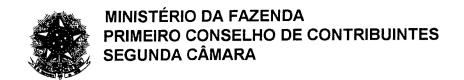
PRESIDENTE

FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI

RELATOR

FORMALIZADO EM: 26 FEV 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, VALMIR SANDRI, JOSÉ CLÓVIS ALVES, CLÁUDIA BRITO LEAL IVO. SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO e MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS.



Processo nº.: 10680.002397/95-32

Acórdão nº.: 102-43.482

Recurso nº.: 14.129

Recorrente : LEANDRO CAETANO DE OLIVEIRA

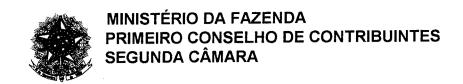
RELATÓRIO

Originou-se o presente processo com a notificação de fls. 03, que exigiu do Contribuinte em epígrafe saldo de imposto suplementar a pagar no valor equivalente a 2.561,88 UFIR mais saldo da multa de ofício a pagar no valor equivalente a 1.280, 94 UFIR e juros de mora, tal exigência se deu em virtude de glosa de dedução de despesas médicas.

Não se conformando com a exigência, tempestivamente apresentou o interessado a impugnação de fls. 01 / 02, alegando que não foi chamado a prestar esclarecimentos, que o lançamento fere o disposto no art. 893 do RIR 94, que a emissão da notificação glosando de plano as deduções declaradas implica na preterição do direito de defesa e anulação do lançamento e que não concorda com o lançamento de ofício que não atenda sistematicamente ao disposto no art. 889 do RIR / 94.

A autoridade de primeira instância rejeitou a preliminar no mérito para julgar parcialmente procedente o lançamento consubstanciado na notificação de fls. 03 o que resultou num saldo suplementar a pagar do IRPF exercício 1994, anocalendário 1993, no valor de 118,37 UFIR a ser acrescido de juros de mora e multa de ofício de 100%.

2



Processo nº.: 10680.002397/95-32

Acórdão nº.: 102-43,482

Irresignado com a decisão , fez o Contribuinte anexar aos autos suas razões de recurso voluntário de fls.57, alegando que o imposto remanescente decorre de não haver a fiscalização considerado como isentos rendimentos recebidos como licença prêmio por férias não gozadas por necessidade de serviço, citando jurisprudência a seu favor.

É o Relatório.

0

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10680.002397/95-32

Acórdão nº.: 102-43.482

VOTO

Conselheiro FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI. Relator

Conheceu-se do recurso voluntário por preencher os requisitos de

lei.

A matéria é por demais conhecida do egrégio colegiado. De fato, a

Câmara vem julgando continuamente a matéria e de maneira unanime tem entendido

que a isenção tributária ou a não incidência de imposto de renda sobre rendimentos

provenientes de trabalho com vinculo empregatício são tão somente aquelas

definidas em texto legal, que tenha obedecido estritamente os regramentos exigidos

nas disposições constitucionais de 1988.

Isto posto e considerando-se tudo o mais que dos autos constam, em

especial as razões de decidir de primeira instância, que se impõem por seus

próprios fundamentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões - DF, em 13 de novembro de 1998.

FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI